

Imigrantes espanhóis na Amazônia Paraense: em direção à construção de entendimentos a partir das passagens subvencionadas pelo Governo Paraense (1896-1899)

RUBENS DA SILVA FERREIRA¹

ÉERICA ELAINE COSTA²

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto de estudo a imigração espanhola no Pará, tomando como fio condutor as informações contidas nas passagens que foram subvencionadas pelo governo paraense na Primeira República. Tais documentos, também conhecidos como “passagens grátis” encontram-se custodiados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Nessa perspectiva, eles são considerados neste trabalho como fontes capazes de fornecer informações sobre o fluxo migratório para o estado em questão, precisamente entre os anos de 1896 e 1899. Com efeito, entende-se que compreender quais fatores contribuíram para esse fluxo no cenário internacional, nacional e local, quem eram esses imigrantes, em que condições se deslocaram, bem como os destinos deles aos chegar a terras amazônicas são questões que podem ser respondidas com o auxílio dessa documentação.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é do tipo documental, uma vez que o trabalho foi desenvolvido a partir da consulta e da análise das passagens grátis que compõem o Fundo “Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização”, formado por 20 caixas-arquivo nas quais está organizada a série “Imigração - Espanhóis”. Por outro lado, a abordagem qualitativa se impôs às informações obtidas nessa documentação sobre os indivíduos migrantes no sentido de caracterizá-los. Assim, do universo documental levantado fez-se o recorte com a utilização de uma amostragem não probabilística, selecionando aleatoriamente uma caixa-arquivo para cada ano no período

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). M.Sc. em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA). Docente e Vice-Diretor da Faculdade de Biblioteconomia (FABIB/ICSA/UFPA). E-mail: rubenspa@yahoo.com.

² Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Biblioteconomia (FABIB/ICSA/UFPA). E-mail: erica_ufpa@yahoo.com.br.

de estudo. Com base na amostragem, obteve-se um total de 405 passagens grátis, fornecidas a 792 espanhóis que cruzaram o Atlântico sozinhos ou em grupos familiares³. Por sua vez, no plano operacional, a coleta de informações se deu com o auxílio de uma planilha, na qual eram registrados dados sobre sexo, idade, parentesco, procedência de embarque, número do passaporte e data de expedição da passagem.

Além da coleta dos dados arrolados acima, o levantamento bibliográfico foi essencial para a construção teórica do estudo sobre a imigração espanhola. De um modo geral ele resultou na identificação e no acesso a livros, artigos, dissertações e trabalhos apresentados em eventos técnico-científicos, concentrando-se especialmente no tema das e/imigrações internacionais, com ênfase nos deslocamentos internacionais de cidadãos espanhóis. A partir dessa atividade foram selecionadas, por exemplo, as produções textuais de Martins (1989), Klein (2000), González Martínez (2000), Lima (1973), Emmi (2008), Souza e Emmi (2009), que entre outras deram sustentação à análise dos dados obtidos das passagens grátis. Por conseguinte, vista esta parte introdutória do estudo, a seguir tem-se um panorama teórico sobre as e/imigrações internacionais e, posteriormente, faz-se a apresentação e a análise do material que permitiu compreender a imigração espanhola na Amazônia paraense no século XIX.

2 A PRESENÇA ESPANHOLA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA PARAENSE

Os processos migratórios, ou seja, aqueles associados aos deslocamentos das populações humanas na Terra remontam à própria origem da humanidade na busca por melhores condições de vida, na adaptação ao espaço e na identificação dos recursos necessários à continuidade de sua existência. Eles envolvem tanto a emigração – ou seja, a saída dessas populações de um determinado território – quanto à imigração – quer dizer, a entrada desses contingentes em outro território (EMMI, 2008). Todavia, como fenômeno, as migrações humanas só se tornaram objeto de estudo no século XIX

³ Ao grupo familiar era emitida apenas uma passagem, nominal ao chefe da família, na qual eram relacionados os nomes dos familiares autorizados a emigrar e que estavam sob a responsabilidade do patriarca.

(EMMI, 2008), notadamente com o período conhecido como Grande Imigração, que acabou por despertar o interesse dos estudos historiográficos.

A busca de compreensão sobre os fatores que motivaram as e/imigrações internacionais no século XIX demanda um olhar sobre a literatura especializada, muito embora não exista um consenso científico quanto às causas para tais deslocamentos. Emmi (2000), nesta direção, entende que eles devem ser identificados não somente do ponto de vista dos elementos que causam a expulsão populacional, mas, também, dos aspectos relacionados à atração destas para as terras estrangeiras que serviram de destino para fluxos emigratórios do Velho Mundo. Desse modo, Klein (2000) situa os fatores de ordem econômica como os mais preponderantes no desencadeamento do processo migratório. Segundo esse autor, com a redução das taxas de mortalidade e o aumento da natalidade, a Europa veio a constituir um excedente demográfico que não conseguia absorver em sua totalidade, gerando então mão-de-obra disponível para trabalhar em áreas menos povoadas, a exemplo do Continente Americano. Também, somam-se a isto as transformações no interior do sistema capitalista, que se processavam rapidamente a partir da Segunda Revolução Industrial, alterando a produção camponesa (HOBSBAWM, 1977; KLEIN, 2000). Essas transformações acabavam por disseminar o progresso tecnológico para além da Europa, promovendo cada vez mais a integração econômica nacional e mundial.

Sobre as transformações tecnológicas experimentadas pelas sociedades complexas do século XIX, Hobsbawm (1977) fala daquelas que reduziram as distâncias espaciais entre cidades, países e continentes. Assim, se de um lado o telégrafo favorecia a circulação de informações sobre a situação econômica, política e cultural de outras nações, de outro as ferrovias e os navios a vapor se encarregavam de viabilizar os deslocamentos humanos mais rápidos e a longa distância. É dentro desse contexto que Klein (2000) situa os processos migratórios em quatro grandes momentos. O primeiro deles é denominado Velha Imigração, que ocorreu entre o século XVI e 1880, no qual 11,8 milhões de europeus se dirigiram para o Continente Americano, precisamente para os Estados Unidos, Canadá, Brasil⁴ e para a Argentina. O segundo é denominado

⁴ No Brasil importa citar que as primeiras migrações advindas da Europa ocorreram a partir dos anos de 1500, com o propósito de consolidar a presença da Coroa Portuguesa na América do Sul. Já no século XVIII, tem-se o registro da presença de franceses e de holandeses em terras do Norte e do Nordeste, bem como a entrada compulsória de africanos, os quais foram submetidos ao regime de trabalho escravo, abolido somente em 13 de maio de 1888. No século XIX, por sua vez, a migração

Grande Imigração, que se deu no período entre 1881 e a I Guerra Mundial. Já a queda da imigração internacional marca o terceiro período, compreendido entre o fim da I Guerra e se estende até o final da II Guerra Mundial. Por sua vez, o quarto período tem início pós II Guerra e perdura até os dias atuais.

Considerando os períodos propostos por Klein (2000) para demarcar os diferentes fluxos migratórios na história, a entrada de espanhóis no Brasil está inserida no contexto das Grandes Migrações. Entretanto, foi somente a partir da segunda metade do século XIX, em sua fase republicana, que o país assistiu a chegada mais expressiva de levas de emigrantes europeus. Assim, como mostra Levy (1974 *apud* EMMI, 2008), na década de 1890 o censo registrava o ingresso de 219.353 portugueses, 690.365 italianos, 164.293 espanhóis, 17.084 alemães e 107.232 para outros estrangeiros. Tal presença de homens e de mulheres que se deslocaram do Velho Mundo só se tornou possível em função da política migratória instituída no Império, ainda no Primeiro Reinado, quando em 1824 o governo passou a subvencionar a viagem dos que desejassem migrar para o Brasil. Por meio dela o governo imperial procurava incrementar a colonização em seu território e, também, “branquear” a população com a introdução de mão-de-obra europeia, que numa perspectiva eugênica era tida como superior à africana (EMMI, 2008). O instrumento legal criado para organizar a imigração foi a Lei nº 601, de setembro de 1850, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (BRASIL, 1850; 1854). Com a prosperidade da economia cafeeira no Centro-Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul absorveram a maior parte do fluxo migratório da Europa em direção ao Brasil.

Na Região Norte a entrada de imigrantes está associada ao sucesso da economia gomífera entre os anos de 1850-1912, sendo facilitada pelas pretensões de povoamento do governo e, segundo Emmi (2008), pela presença das cidades portuárias Belém e Manaus. Aliás, como informa Cruz (1958), em Belém foi criada a Associação Paraense de Imigração, que fornecia não só passagens como também terras, sementes, alimentos e instrumentos de trabalho aos que viessem ocupar a Amazônia paraense. Ainda no Pará, a primeira legislação a incentivar a imigração foi assinada por Sebastião do Rêgo

internacional estaria de acordo com interesses de branqueamento de mão-de-obra e de povoamento, seguindo uma política específica do Império que estimulava, entre outras, a entrada de italianos e de espanhóis (EMMI, 2008).

Barros. Esse presidente da então província instituiu a Resolução nº 266, de 15 de dezembro de 1853, criando um fundo para financiar a criação de núcleos de colonização por particulares e/ou empresas privadas (LIMA, 1973; EMMI, 2008). Em que pese essa iniciativa do governo local, em 1890 o Decreto nº 163 reorganizou a imigração no Brasil, deixando de fora a Região Norte como destino de trabalhadores europeus, os quais foram direcionados para o Centro-Sul do país (EMMI, 2008). A justificativa para esse impedimento assentava-se nas dificuldades de adaptação ao clima impactante, o que fazia muitos desistirem das terras na Amazônia (LIMA, 2008), deslocando-se em razão disso para outras cidades, em especial São Paulo, onde prosperavam as fazendas de café com a força de trabalho imigrante.

Uma mudança favorável na política migratória para a Região Norte ocorreu na fase republicana, principalmente com a Constituição de 1891, quando os estados conquistaram maior autonomia em relação ao governo central do país. Assim, a Lei nº 223, de 30 de julho de 1894, assinada por Lauro Sodré, primeiro governador paraense, autorizou novamente a entrada de trabalhadores europeus no estado (EMMI, 2008; FAIDHERB, 2009). Conforme Emmi (2008), a eles eram concedidas passagens grátis nos navios, onde eram recebidos por funcionários do Estado que os encaminhavam para alojamento na Hospedaria dos Imigrantes⁵. Em seguida os imigrantes eram transportados gratuitamente para as colônias agrícolas, onde recebiam lotes de 25 ha em terras devolutas, instrumentos de trabalho, sementes, assistência médica. A eles também eram fornecidos alimentos por um período de seis meses, até que pudessem colher os primeiros frutos da ocupação da terra.

Os imigrantes eram destinados às colônias agrícolas oficiais ou particulares. As oficiais eram áreas dedicadas à ocupação em terras devolutas, nas quais a produção rural familiar se impunha como condição de vida. As particulares, por sua vez, pertenciam a homens de posse que contratavam imigrantes para trabalhar na propriedade em regime de colonato⁶. No Pará, as colônias agrícolas ou os núcleos coloniais que serviram de

⁵ Segundo levantamento documental no APEP, os espanhóis que migraram para o Pará no período recortado para estudo ficaram alojados neste local, conhecido também como Hospedaria de Outeiro, a qual de acordo com Muniz (1916 *apud* EMMI, 2008) teve como primeiro administrador, José Joaquim Ferreira de Mendonça.

⁶ Martins (1989) explica que o colonato surgiu a partir de experiências de trabalho livre baseadas na parceria e na empreitada, de maneira que nessa relação de trabalho o colono produzia parte dos gêneros de que precisava para a subsistência. Tal regime, entretanto, sofreu significativas modificações pela pressão dos imigrantes italianos no final do século XIX, como a disseminação do

destino para espanhóis foram Benevides, Benjamin Constant, Santa Rosa, Araripe, José de Alencar, Marapanim, Anita Garibaldi, Ianatema, Jambuaçu, Ferreira Pena, Monte Alegre, Núcleo Modelo de Outeiro e Couto Magalhães (GONZÁLEZ MARTINEZ, 2000; SOUZA, EMMI, 2009)⁷. Destarte, foi nesse panorama histórico, marcado por uma dinâmica econômica e política que produzia fatores de expulsão e de atração, que se processou a imigração espanhola no Brasil e, mais particularmente, no Pará. E tratada essa realidade, na parte que segue procura-se construir um perfil dos europeus que deixaram a Espanha para construir um projeto de vida baseado no acesso a terra na Amazônia paraense, o que é feito por meio das passagens grátis concedidas pela autoridade local a esses emigrantes.

3 CONSTRUINDO ENTENDIMENTOS SOBRE A IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA AMAZÔNIA PARAENSE

As passagens subvencionadas pelo governo paraense contempladas neste estudo consistem em 405 documentos, estruturados em uma lauda, tamanho ofício, com texto grafado em espanhol, expedidos pela autoridade consular dos Estados Unidos do Brasil na Espanha entre cinco de maio de 1896 e 19 de janeiro de 1899. Como o próprio nome indica, os que se beneficiavam delas eram dispensados de qualquer pagamento para a travessia do Atlântico, informação, aliás, que se encontra registrada na própria passagem. Os primeiros documentos desse tipo de que se tem registro no APEP são do ano de 1896. Conforme o recorte amostral é nesse ano em que se verifica o menor número de entrada imigrantes provenientes da Espanha, num total de 137 (17%) indivíduos. Essa baixa ocorrência pode estar associada à ainda recém-aprovação da Lei nº 223/1894, que autorizou no âmbito estadual a utilização de força de trabalho estrangeira.

pagamento do trabalho em dinheiro ao colono e o acerto mensal da venda da produção entre este e o proprietário da terra.

⁷ A partir de Muniz (1916), Souza e Emmi (2009) coligiram dados sobre o número de espanhóis que residiam em algumas dessas colônias agrícolas na década de 1900 do século passado. Assim, tem-se 647 colonos para Jambuaçu; 248 para Monte Alegre; 956 para Benjamin Constant; 405 para Marapanim; 13 para José de Alencar; 624 para Santa Rosa; 145 para Ferreira Pena; 131 para Anita Garibaldi; 32 para Ianatema; 57 para Couto Magalhães e 25 para o Núcleo Modelo de Outeiro, perfazendo um total de 3.283 imigrantes espanhóis.

Como contraponto, é no ano seguinte que se verifica um fluxo maior de espanhóis, contabilizados em 291 (37%) indivíduos. Possivelmente essas entradas resultaram da propaganda que se disseminava na Espanha por meio das autoridades consulares, enfatizando as oportunidades de trabalho na Amazônia paraense, bem como das informações enviadas por correspondência aos familiares e amigos, incentivando-os a imigrar no Brasil (GONZÁLEZ MARTINEZ, 2000; EMMI, 2008). Conforme observado nas passagens grátis, nos anos posteriores esse movimento migratório prossegue, mas oscilando. Dessa maneira, em 1898 tem-se um decréscimo nas entradas, sendo identificados apenas 146 (18%) espanhóis que chegaram ao Pará e, em 1899, esse número aumenta para 218 (28%) imigrantes, contudo, sem alcançar a margem registrada em 1897. Com base em Martins (1989), esse decréscimo pode ser entendido como o resultado das alterações que o regime de trabalho nas colônias agrícolas vinha sofrendo pela pressão dos imigrantes italianos. Assim, à medida que a imigração se aproximava do início dos anos de 1900 – no qual as relações de trabalho se consolidavam mais na forma assalariada – o colonato se desmantelava, tornando-se então pouco atrativo para imigrantes camponeses.

Na intenção da imigração subvencionada (também chamada de imigração oficial ou dirigida) em busca de trabalho no campo, as passagens grátis podiam ser emitidas para um indivíduo ou para grupos familiares de tamanho variável. Quer sozinhos ou em grupos, os espanhóis estavam sujeitos à análise dos critérios exigidos para entrar no Brasil, bem como à comprovação das relações de parentesco por parte do chefe familiar. De acordo com Emmi (2008), os critérios que autorizavam a entrada dos imigrantes priorizavam aspectos morais e fisiológicos que os tornassem aptos ao trabalho e à vida na sociedade local. Então, aos espanhóis menores de 60 anos, que gozassem de boa saúde e não estivessem envolvidos em atividades ilícitas eram concedidas as passagens e as autorizações de embarque nos vapores com destino ao Pará. Tais embarcações, utilizadas para transporte em alto mar no século XIX, inclusive aparecem nominadas na documentação analisada, e sobre elas foi possível encontrar algumas informações, embora superficialmente. Entre 1896 e 1899 foram 12 os vapores que trouxeram emigrantes espanhóis para o Pará, a saber: (1) Horatio; (2) Hilary; (3) Augustine; (4) Benedict; (5) Dustan; (6) Cametense; (7) Paraense; (8) Grangense; (9) Sobralense; (10) Cearense; (11) Obidense e (12) Lisbonense. Os quatro primeiros navios a vapor

pertenciam à companhia britânica *Booth Line*, que funcionou entre 1866 e 1963 (MEY, 2003). Os demais eram da *Red Cross Line*, uma companhia da cidade de Liverpool, Inglaterra, que realizou viagens dos portos europeus para a América do Sul entre 1869 e 1901 (MEY, 2003), algumas das quais com rota para Belém e Manaus. Como indicado nas passagens, os imigrantes viajavam na 3ª classe e eram obrigados pela Lei nº 223/1894 a escrever aos familiares que permaneciam na Europa para informar sobre o tratamento dispensado a eles durante o deslocamento. Essas informações consistiam numa exigência também do governo Espanhol, precipuamente na proteção da dignidade dos compatriotas que buscavam trabalho em terras estrangeiras, a fim de que não recebessem o mesmo tratamento desumano dispensado aos africanos forçadamente embarcados nos navios negreiros. Com efeito, o descumprimento desse compromisso legal resultaria no pagamento de multa no valor de 25 pesetas, equivalentes a 10.000 réis, destinados à manutenção da Santa Casa de Misericórdia em Belém.

Quanto ao destino dos espanhóis na chegada a Belém, as passagens grátis informavam que eles eram livres para escolher o lugar em que desejassem trabalhar. Martins (1989), entretanto, ao estudar o fluxo migratório de espanhóis para São Paulo, verificou que a escolha do local nem sempre era possível, de maneira que o próprio governo direcionava os imigrantes para os núcleos coloniais onde houvesse maior demanda por mão-de-obra, tão logo desembarcassem naquele estado. Assim, quer em Martins (1989) ou no conjunto dos documentos analisados, os espanhóis aparecem em sua maioria como trabalhadores rurais, para os quais as colônias agrícolas surgiam como áreas de destino certas. Essa absorção no trabalho rural configura-se, aliás, como uma evidência de que se tratava de homens e de mulheres pobres, com baixo nível de qualificação para ocupar postos de trabalhos urbanos (MARTINS, 1989; GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2000; EMMI, 2008). Mas no intuito de buscar melhores condições de vida em terras amazônicas, há que se perguntar de onde vieram esses imigrantes hispânicos? Quem foram esses homens e mulheres que deixaram seu país de origem para viver em áreas com condições climáticas, idioma e cultura tão diferente da Espanha?

Em relação à primeira questão, as passagens grátis mostram que eles vieram da cidade portuária de Vigo, na província de Pontevedra, na atual comunidade autônoma da Galícia, localizada ao noroeste da Península Ibérica. Declarada cidade em 1810 e em

contato com o mar pela Ria de Vigo, que lhe atribui nome, esse município ficou conhecido pela intensa saída de espanhóis para a América. Uma hipótese que se coloca para explicar essa intensa saída de cidadãos espanhóis no período estudado se deve ao desenvolvimento industrial experimentado pela Galícia no século XIX, para o qual a população rural não estava qualificada. Ademais, a reestruturação capitalista que se processava transformava as bases da economia tradicional, afetando os trabalhadores camponeses. Dessa maneira, a passagem de uma economia tradicional à economia de mercado na Galícia foi lenta e gradativa, à medida que instituições científicas – como o Instituto Español de Oceanografía em Vigo –, tecnológicas – como as Escolas de Comercio de Acoruña e Vigo – e unidades de ensino médio preparavam a mão-de-obra necessária à indústria na segunda metade dos anos de 1800 (LABARTA FERNÁNDEZ, 2007). Na cidade de saída dos espanhóis desenvolvia-se então uma incipiente indústria do mar, que importava tecnologia francesa para a conservação de pescado, a qual era empregada, por exemplo, em fábricas de conserva como a *Curbera* e a *Goday* (LABARTA FERNÁNDEZ, 2007). Foi nesse período de transformações econômicas que mais de 1,5 milhões de emigrantes se deslocaram para a América em busca de trabalho no século XIX (GARCÍA DE CORTÁZAR; GONZÁLES VESGA, 2008).

Mas retomando a discussão sobre as informações contidas nas passagens grátis, com relação à segunda questão elas permitem identificar também o sexo, o grupo etário, as relações de parentesco, o estado civil e a profissão dos espanhóis. Tais elementos são essenciais na construção de um perfil mínimo sobre os emigrantes de origem hispânica. Assim, sobre o sexo dos cidadãos espanhóis que compõe a amostra documental analisada tem-se a predominância da figura masculina. Com efeito, 539 (68%) eram homens e 246 (31%) eram mulheres, sendo que sete (1%) não puderam ser identificados em razão do estado de conservação de algumas passagens. Essa presença majoritária de indivíduos do sexo masculino ajuda a entender, por exemplo, a condição de trabalhadores rurais desses imigrantes e, por extensão, a predisposição dos mesmos para a labuta pesada que as terras amazônicas impusessem a eles. Como explica Lima (1973), o projeto de se estabelecer no Pará por vezes era interrompido diante da descoberta desanimadora dos locais onde iriam trabalhar. Muito embora o governo devesse por lei fornecer terras já preparadas para receber os imigrantes, a realidade com a qual se deparavam mostrava áreas isoladas, completamente cobertas por uma densa

floresta, própria do domínio amazônico e pouco fértil, que ainda precisaria ser derrubada para a construção dos locais de habitação e início do cultivo dos gêneros agrícolas.

Logo, não é de se estranhar que alguns se recusassem a permanecer nessas terras, preferindo retornar a Belém ou reemigrar para outros estados do Brasil – especialmente para São Paulo – e mesmo para a Argentina ou para o Uruguai (GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2000). Nesta perspectiva, importa lembrar que a dificuldade em fixar trabalhadores no Pará se mantinha desde as primeiras iniciativas de introdução de mão-de-obra europeia livre na segunda metade do século XIX. Como registra González Martínez (2000: 247), em visita ao Pará, em 1912, Leopoldo D'Ouzouville, inspetor espanhol de emigração, constatou que muitos compatriotas haviam abandonado as terras em que viviam. Ademais, para o inspetor, não foi difícil encontrar imigrantes vivendo em condições de miséria, a exemplo de homens velhos doentes, menores abandonados e prostitutas.

Por outro lado, as tentativas mal-sucedidas de fixação de trabalhadores espanhóis no Pará também alimentavam juízos de valor permeados por preconceitos contra os estrangeiros. É possível perceber, nessa direção, a atitude do político João Capistrano Bandeira de Melo Filho. Em relatório datado de 15 de fevereiro de 1877, o então Presidente da Província de Belém declarou que os imigrantes não são “[...] lavradores e nem [homens] que revelam amor ao trabalho e à propriedade territorial” (MELO, 1877 *apud* LIMA, 1973: 16). Esse entendimento expressava a visão oficial de que a condição de imigrante não permitia aos trabalhadores espanhóis questionar o estado das terras para as quais eram enviados para viver, posto que uma suposta vocação camponesa seria o suficiente para transformá-las em áreas cultiváveis.

Além do sexo, a distribuição dos espanhóis em grupos etários ajuda a conhecer melhor os imigrantes espanhóis. Sobre este aspecto, poucos foram os indivíduos com mais de 50 anos de idade a entrar no Pará. Do total de 792 imigrantes levantados na pesquisa, têm-se apenas três (1%) acima dessa idade, sendo dois (67%) homens e uma (33%) mulher, o que corrobora a predileção do governo brasileiro por trabalhadores jovens e fortes para as colônias agrícolas. Por outro lado, espanhóis entre 21 e 50 anos de idade constituem um grupo etário expressivo, com 507 (52%) indivíduos que deixaram a Espanha em direção a Belém. Desses, 385 (76%) são homens e 122 (24%)

são mulheres, o que evidencia o pensamento típico de sociedades patriarcais como a espanhola e a brasileira na associação do trabalho pesado agrícola ao gênero masculino (SOUZA, 2007; DETONI *et al*, 2009)⁸.

Ainda que a presença de homens entre os imigrantes seja maior, é certo que muitos desses trabalhadores se fizeram acompanhar pelas famílias, posto que nas passagens grátis as mulheres figuram no *status* de sogra, esposa, filha/enteada, irmã ou tia. Na documentação analisada, também são identificadas crianças e adolescentes, que migraram com os pais ou apenas com um ente masculino, qual fosse o pai/padrasto, o tio, o irmão ou o cunhado. Como se pôde verificar, as idades variam, indo desde aquelas com menos de um ano de vida, a indivíduos entre dois e 10 anos, bem como os situados na faixa entre 11 e 20 anos de idade. Com relação aos espanhóis com menos de um ano de idade têm-se 35 (5%) indivíduos, dos quais 22 (63%) são meninas e 13 (37%) são meninos. Na faixa entre dois e 10 anos, os dados mostram 129 (15%) crianças, com a ocorrência de 71 (55%) meninos e 58 (45%) meninas. Já entre o grupo situado entre 11 e 20 anos de idade foram contabilizados 90 (11%) indivíduos, sendo 59 (66%) do sexo masculino e 31 (34%) do sexo feminino. Nas fontes consultadas há que se registrar, ainda, 28 (4%) passagens grátis pertencentes a 16 (57%) homens e a 12 (43%) mulheres de idades que não puderam ser identificadas diante do estado da documentação.

O registro de crianças e de adolescentes assim como o estado civil dos titulares das passagens são elementos que atestam tratar-se de uma imigração do tipo familiar. Dos 792 imigrantes levantados por meio das passagens grátis, 137 (17%) vieram trazendo famílias completas ou ao menos parte dela. Entre esses, têm-se grupos familiares formados no mínimo por dois indivíduos, quais sejam marido e mulher, pai e filho (a), tio e sobrinho (a), genro e cunhada, padrasto e enteado (a) ou, ainda, irmãos. Por outro lado, também são identificadas famílias nucleares numerosas, constituídas de até oito indivíduos, como a do Sr. Rafael Pascual (idade ilegível, Passaporte nº 302), que trouxe consigo a esposa Perla Raposo (44 anos), as filhas Ransosia (24 anos), Vicenta (12 anos), Petra (6 anos), Isabel (2 anos) e Juserim (2 meses) e o filho Ramon (1 ano). Ou, ainda, a família do Sr. Antonio Rodrigues (45 anos, Passaporte nº 1009), que na companhia da esposa Dolores Mendes (40) trouxe as filhas Maria (14 anos),

⁸ Souza (2007), todavia, mostra que entre os indígenas o trabalho na roça – ainda que pesado – é atribuído às mulheres.

Josefa (9 anos), Maria Rodrigues (4 anos) e os filhos Baltasar (11 anos), Francisco (7 anos) e Melchor (2 anos).

Sobre o estado civil dos espanhóis, o estudo levantou que dos 655 (83%) imigrantes que viajaram sozinhos, 63 (10%) eram homens casados, dois eram (1%) viúvos e 590 (89%) solteiros. No entanto, entre aqueles que viajaram desacompanhados deixando as famílias na Espanha era alimentado o projeto de trazê-las para Belém, tão logo conseguissem trabalho. Essa estratégia usada pelos mais cautelosos era recorrida como forma de primeiro conhecer a realidade local e as condições que lhes eram oferecidas. Dessa maneira, quando empregados e estabelecidos eles enviavam “cartas de chamada” (EMMI, 2008: 84) para atrair os familiares. Nesta perspectiva, de acordo com Martins (1989), quando instalados em grupos familiares os imigrantes tendiam a se fixar no Brasil melhor que os indivíduos desacompanhados, os quais entravam e saíam do país com maior frequência. Como se vê, a presença e o apoio familiar eram essenciais para o êxito dos que pretendiam permanecer em terras brasileiras, sobretudo na superação das dificuldades de adaptação e de assimilação pelas quais passaram os espanhóis na Amazônia.

Por fim, no desenho do perfil dos imigrantes espanhóis no Pará, importa falar ainda sobre as profissões registradas nas passagens grátis. Ao se considerar a crença na disponibilidade e na facilidade acesso a terra no Brasil, e mais particularmente na Amazônia paraense, esses homens e mulheres aparecem em sua maioria na condição de lavradores, os quais procuravam fugir da crise da agricultura tradicional na Galícia (MARTINS, 1989). Com efeito, dos 792 imigrantes levantados no período em estudo, 625 (79%) estavam em idade ativa e 167 (21%) em idade não-ativa⁹. Dessa maneira, distribuindo os indivíduos em idade ativa pelas profissões informadas nas passagens, tem-se 583 (93%) imigrantes lavradores, dos quais 446 (77%) eram homens e 137 (23%) eram mulheres. Outros 42 (7%) espanhóis informaram profissões variadas, de modo que 16 (38%) mulheres aparecem como donas de casa e 26 (62%) homens como carpinteiros, sapateiros, professores, barbeiros, mecânicos, ferreiros, cantores ou carteiros.

⁹ No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como parte da População em Idade Ativa (PIA) indivíduos a partir dos 10 anos de idade, em função da utilização de crianças na produção agrícola familiar, o que se mantém até os dias atuais.

A respeito das ocupações informadas pelos homens espanhóis ligados ao setor de serviços, Emmi (2008) mostra que os trabalhadores que as desempenhavam costumavam ficar nas cidades, espaços onde eram mais bem aproveitados pela economia local, tal como ocorreu com os italianos que vieram para Belém no mesmo período. E como se pôde verificar na documentação analisada, de um modo geral essas ocupações estão associadas a homens solteiros ou a chefes de pequenos grupos familiares. Formados por dois ou três indivíduos, esses grupos familiares possuem uma estrutura familiar do tipo marido e mulher, pai e filho(a), tio e sobrinho(a), padrasto e enteado(a) ou simplesmente irmãos, que viajaram para Belém do Pará em busca de oportunidades de trabalho. De todo modo, saber se esses indivíduos conseguiram inserção econômica no setor primário ou de serviços, se ficaram na capital ou se deslocaram para o interior é algo que está para além das possibilidades informativas das passagens grátis, o que implica a busca de outras fontes de informação capazes de explicar e contextualizar a absorção dessa força de trabalho imigrante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja como for, o fato é que a imigração espanhola não logrou o mesmo êxito que a portuguesa e a italiana no Brasil. É neste sentido que Martins (1989) fala de uma presença hispânica que quase completamente desapareceu na sociedade brasileira, inclusive no que se refere aos registros documentais necessários ao seu estudo. Souza e Emmi (2009), por sua vez, entendem que o governo local não obteve sucesso em seu projeto de colonização com a introdução de colonos espanhóis, apontando a necessidade de aprofundar os estudos para explicar os fatores que podem ter contribuído neste sentido. Entretanto, há de se reconhecer que esses trabalhadores foram importantes no desenvolvimento do Pará, quer por meio da atividade agrícola, do setor de serviços ou da participação na criação de cidades. Inclusive algumas colônias agrícolas para as quais os espanhóis se dirigiram foram paulatinamente transformadas em municípios paraenses, surgindo desse modo Americano, Benevides e Marapanim. Outras foram incorporadas à cidade de Bragança, a exemplo de Benjamin Constant. Por conseguinte, mesmo que na memória social as referências sobre os imigrantes espanhóis tenham sido

perdidas ao longo do tempo, fontes de informação como as passagens grátis ainda resistem como meio de se ter acesso ao conhecimento sobre esses homens e mulheres que buscaram construir um novo projeto de vida em terras amazônicas.

E diante da pouca disponibilidade de documentos sobre a imigração espanhola no século XIX, as passagens grátis custodiadas pelo APEP são entendidas como registros seminais para se conhecer ao menos parte da presença hispânica na história do Pará, constituindo-se, por conseguinte, em patrimônio documental a ser preservado. Vistas sob esta perspectiva, instituições arquivísticas como o APEP no Brasil precisam se articular por meio de cooperação técnica para a descrição, para o restauro e, não menos importante, para a implantação de sistemas de informação *online* para a difusão digital dessa documentação. Iniciativa que na falta de recursos tecnológicos e financeiros pode envolver acordos com o *Ministerio de Cultura* da Espanha, o qual tem realizado investimentos vultosos na implantação de uma sofisticada plataforma tecnológica, em rede, na promoção do acesso amplo aos acervos arquivísticos públicos e privados¹⁰. E, além disso, tem oferecido apoio financeiro por meio de concorrência internacional a projetos de conservação e difusão do patrimônio documental ibero-americano. Enfim, uma possibilidade que se coloca no sentido de preservar fontes históricas sobre a formação multicultural da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Actos legislativos**, Rio de Janeiro, 2 out., f. 57. 1850. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Coleção das Leis Império do Brasil: 1854 - Tomo XV, Parte 2**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1851-1899/D1318.htm>>. Acesso em: 3. fev. 2011.

CRUZ, Ernesto. **Colonização do Pará**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958.

¹⁰ Neste sentido, ver a experiência espanhola com a implantação do *Portal de Archivos Españoles* (PARES), iniciativa que pode ser considerada de natureza cidadã, pois disponibiliza documentos textuais e imagéticos em formato digital, na íntegra, para atender não apenas o interesse de pesquisadores, mas, também, dos cidadãos espanhóis de um modo geral, independente de onde estejam localizados. Para conhecer esse portal, ver: <http://pares.mcu.es/>.

DETONI, Priscila Pavan *et al.* Corpos masculinos construídos na/pela construção de uma hidrelétrica. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15., 2009, Maceió. **Anais...** Maceió: ABRAPSO, 2009. 7 f.

EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950):** pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.

GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLES VESGA, José Manuel. **Breve historia de España.** Madrid: Alianza Editorial, 2008.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda Evangelina. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: BORIS, Fausto (Org.). **Fazer a América:** a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 239-271.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: BORIS, Fausto (Org.). **Fazer a América:** a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.

LABARTA FERNÁNDEZ, Uxío. Cen ano de ciência e industria: por saber de nós. **Grial**, n. 175, jul/set., p. 15-21. 2007

LIMA, Rubens Rodrigues. A conquista da Amazônia: reflexos na segurança nacional. **Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará**, Belém, n. 6, p. 7-59, 1973.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. **R. História**, São Paulo, n. 121, p. 5-26, ago./dez, 1989.

MEY, Carlos. **Lineas de buques de pasajeros desde Europa a Sud America.** Martínez, 2003. Disponível em: <<http://www.histarmar.com.ar/LineasPaxaSA/01-IndiceGeneral.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

SOUZA, Telma Mirian Moreira de. **Entre a cruz e o trabalho:** a exploração da mão-de-obra indígena no sul da Bahia (1845-1875). 2007, 237 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Salvador, 2007.

SOUZA, Thaize Bianca Figueiredo de; EMMI, Marília Ferreira. Mapeamento das famílias de colonos espanhóis em colônias agrícolas do estado do Pará no período de 1875 a 1899. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 14., Recife. **Anais...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. 15 f. GT 23: Migrações Internacionais.